



Índice

- 01** Conflitos à vista: a pior decisão é não decidir, por Egon Heck
- 02** CIR em luto pelo falecimento do estudante do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), Rivaldo da Silva de Souza
- 03** Nota de Pesar – Padre Iasi, o incansável lutador ao lado dos pobres
- 04** Um pedido de socorro por WhatsApp
- 05** Presidente da Funai é convidado para falar sobre delimitação de terras indígenas na Câmara
- 06** Indígena publica livro baseado em pesquisa de mestrado sobre BR 364
- 07** Secretário discute com lideranças indígenas melhorias para o DSEI Bahia
- 08** Conab distribui cestas básicas a quilombolas no MT
- 09** Mulheres indígenas terão cartilha de saúde, direitos e educação
- 10** Após 10ª cheia, Rio Tarauacá baixa e famílias voltam para casa no AC
- 11** Cleiton Roque alerta para enchente em Pimenta e pede união
- 12** Jovens Arqueiros indígenas participam de uma seletiva para Mundial de Tiro com Arco
- 13** Aldeias indígenas em Avaí não registram casos de dengue
- 14** Indígenas apresentam demandas para melhorar produtividade



- 15** Laboratório de arqueologia reúne acervo do Médio Solimões
- 16** Iasi: missionário radical e profeta
- 17** Povo Apinajé realiza protestos pacífico nas rodovias TO 126 e 210, no município de Tocantinópolis, para reivindicar melhorias nas estradas das aldeias
- 18** MPF participa de reuniões com indígenas e açazeiros
- 19** Processo de demarcação das terras da tribo Kariri-Xocó está parado
- 20** Prefeitura constrói pontes nos quilombos da Fazenda e do Jambeiro
- 21** Seminário Nacional de Formação da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista
- 22** DSEI Potiguara promove mobilização em defesa da água nas escolas indígenas
- 23** Dsei Porto Velho e Saúde de Rondônia articulam parceria para atendimentos de Média Complexidade
- 24** Projeto sobre biodiversidade pode virar lei
- 25** Em assembleia, povo Ka'apor reafirma a luta pela proteção do território
- 26** Jorge Viana acata emendas e busca acordo para votar lei da biodiversidade
- 27** Processo seletivo indígena da UFRR oferece 194 vagas em 18 cursos
- 28** Adiada votação do novo marco legal da biodiversidade
- 29** Livro de professor da UNB relata histórias de comunidades negras de MS
- 30** AGU derruba 120 liminares que permitiam a permanência de não-índios em terra indígena

Conflitos à vista: a pior decisão é não decidir, por Egon Heck
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.03.2015



Por Egon Heck, no Cimi

“O litoral da invasão é um barril de pólvora. Não temos mais tempo. Não dá para esperar. Se o governo não demarcar nossas terras, nós mesmos vamos demarcar. O governo diz que quer evitar o conflito, quando na verdade só o faz aumentar! E se não resolver vai correr muito sangue. Só do povo Tupinambá foram 21 parentes assassinados nos últimos anos. Não vamos ter medo. O governo pisa nos povos indígenas. O governo está levando as coisas na brincadeira”.

Esses desabaços indignados refletem o clima em que se deu o debate das 80 lideranças indígenas de quatro povos do sul, extremo sul e nordeste da Bahia. Nessa sexta-feira (21), no 11º andar, num confortável auditório, na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Brasília, o clima esquentou. As lideranças cobraram duramente respostas efetivas dos representantes do Ministério da Justiça, da Secretariada Geral da Presidência da República, da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Incra.

CONT.



As lideranças manifestaram uma profunda desconfiança e descrença nas atitudes, omissões e ações ineficazes do governo com relação à gravíssima situação de conflito e tensões que se espalham na maioria das Terras Indígenas na Bahia.

“Nos sentimos traídos. Já são 12 anos de governo do PT, que se diz o partido dos trabalhadores, mas tem compromisso com os ruralistas, o agronegócio. Não cumpriu suas promessas com relação aos nossos direitos. Votamos no Lula que prometeu demarcar todas as terras indígenas e quase nada fez. Apoiamos Dilma, essa nem sequer mencionou em seu projeto de governo a questão indígena. Quero deixar claro que isso muito nos entristece, mas não nos desanima, porque já resistimos 514 anos e vamos continuar fortalecidos por Nhamisu, Siratã, Tupã”.

As respostas dadas pelos representantes dos órgãos do governo foram questionadas por serem evasivas e sem concretude, numa atitude velada de quem não quer resolver os problemas. “Mais 30 dias, nos pedem cada vez mais prazos. A cada vinda a Brasília, e já foram inúmeras, obtemos a mesma resposta. Nos deem mais tempo. Tempo já não temos mais”, afirmou energicamente Aruã Pataxó.

A questão vital e crucial é a total paralisação da regularização das terras indígenas e as consequentes violências que decorrem desse fato. O representante Tupinambá questionou energicamente o ministro da Justiça por estar se negando a assinar a Portaria Declaratória da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. Informou aos embaixados representantes de órgãos do governo que eles estão fazendo a sua parte, tendo constituído um fórum de diálogo do qual os caciques estão participando, juntamente com os produtores rurais. Todos pedem e esperam desesperadamente uma decisão e um posicionamento do ministro da Justiça. Ou seja, questionam duramente a postura de omissão do governo federal.

O representante do Ministério da Justiça se estribou na solução que é – hilária e ironicamente – apresentada como a tábua de salvação, que são as “mesas de negociação”. E por ironia do destino, o exemplo exaltado é o que estão fazendo no Mato Grosso do Sul.

A pior decisão é não decidir

Diante da insistência de que o ministro está cauteloso em assinar Portarias Declaratórias, pois estas poderiam logo ser judicializadas e que isso geraria ainda mais violência, o secretário do Cimi questionou essa atitude política do ministro: “Divergimos dessa leitura do ministro, pois todas as informações que temos, junto com as comunidades indígenas, sustentam exatamente o contrário: a não demarcação é que gera e agrava sempre mais os conflitos. E diante da judicialização estas acontecerão em qualquer hipótese”.

“O governo pisa nos povos indígenas. Não fala a verdade... Quando esperávamos que a cobra iria desenrolar, ela enrolou mais ainda”, exclamou uma das lideranças. Diante da “agenda” evasiva e insatisfatória proposta pelos representantes do governo, decidiram exigir um compromisso por escrito e assinado por todos, para que tivessem algo em mãos para cobrar na próxima vinda a Brasília.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 53/2015

Brasília, 24 de março de 2015.

Desfecho melancólico para mais um momento de diálogo, com todas as características de ineficácia, pois só uma decisão política clara em favor dos direitos dos povos indígenas poderia garantir resultados positivos, definitivos e duradouros.

Os povos indígenas da Bahia cumpriram sua missão de mobilização e exigência de seus direitos, de não à PEC 215 e a todas as investidas anti-indígenas em curso hoje no Estado brasileiro. Exigem urgência, eficácia e coerência com relação aos povos originários desta terra.

Brasília, 21 de março de 2015

Foto: Reprodução do Cimi.



CIR em luto pelo falecimento do estudante do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), Rivaldo da Silva de Souza
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.03.2015

O Conselho Indígena de Roraima (CIR) informa as comunidades indígenas, organizações e público em geral, que estará de luto neste dia, 23 de março, devido à fatalidade que tirou a vida do estudante indígena do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), Rivaldo da Silva de Souza, 17 anos, do povo Macuxi, comunidade indígena Pedra Branca, da região das Serras, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que sofreu um grave acidente elétrico no sábado, 21 de março, quando em uma atividade cotidiana do Centro de Formação foi atingido por uma forte carga elétrica.

Em tempo, o CIR e o CIFRSS prestam as condolências aos familiares e amigos do jovem estudante que, de forma precoce, teve a sua caminhada de objetivos e metas, sobretudo a caminhada de formação de liderança indígena, interrompida.

O sepultamento ocorrerá hoje, 23, na comunidade indígena Pedra Branca.

Boa Vista, 23 de março de 2015.

Conselho Indígena de Roraima

Nota de Pesar – Padre Iasi, o incansável lutador ao lado dos pobres

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.03.2015



A Comissão Pastoral da Terra (CPT) mais que manifesta seu pesar pelo falecimento do Padre Antônio Iasi, quer dar glória a Deus por sua vida totalmente dedicada à causa dos que não contam para o sistema dominante, sobretudo os povos indígenas.

Sua identificação com a causa dos indígenas e dos posseiros, que eram violentamente agredidos pelas grandes empresas que chegavam ao Norte do país, incentivadas pelos governos militares, com o discurso do desenvolvimento e do progresso, o levaram a levantar a voz e denunciar os desmandos e a violência que aconteciam na ocupação da Amazônia pelo capital.

Então o encontramos na fundação do Conselho Indigenista Missionário, do qual participou ativamente enquanto a saúde o permitiu, e no encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, em 1975, do qual resultou a criação da Comissão Pastoral da Terra.

Padre Iasi é uma das grandes figuras que tornaram a Igreja próxima e presente junto aos deserdados da terra, os escolhidos aos olhos de Deus. Sua vida é um estímulo à fidelidade ao Deus dos pobres, a serviço dos pobres da terra, como reza a missão da CPT.

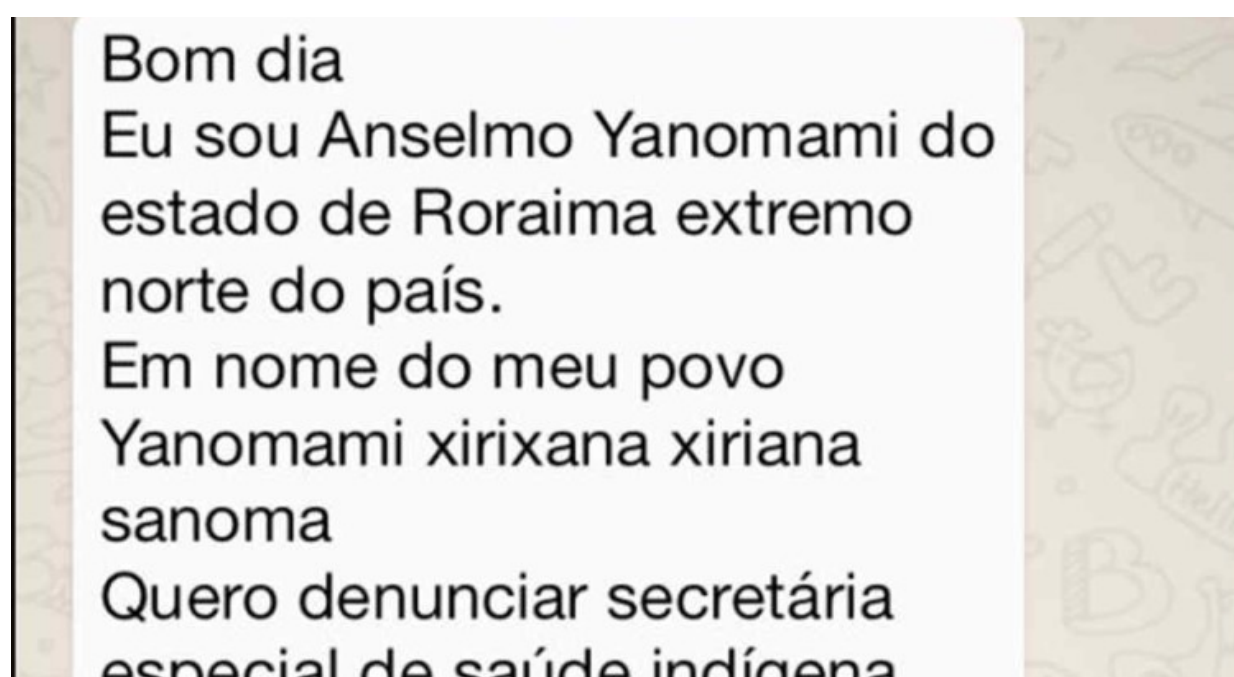
Goiânia, 23 de março de 2015.

A Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da CPT



Um pedido de socorro por WhatsApp

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.03.2015



Talita Bedinelli, El País Brasil

Na manhã da última sexta-feira, Anselmo Yanomami, um índio de uma aldeia cravada no meio da selva amazônica a duas horas de distância via monomotor da cidade mais próxima, Boa Vista, alcançou seu celular, clicou no ícone do WhatsApp e começou a digitar a seguinte mensagem:

“Eu sou Anselmo Yanomami, do Estado de Roraima, extremo norte do país. Em nome do meu povo Yanomami xirixana, xiriana, sanoma, quero denunciar a secretária especial de saúde indígena. Povo Yanomami está morrendo por falta de assistência de saúde. Mortes causadas por doenças, pneumonia, diarreia, tuberculose. O povo Yanomami pede socorro. Nos ajude a divulgar para as autoridades do Brasil e do mundo”.

O pedido de socorro que atravessou 4.109 quilômetros até o celular da reportagem do EL PAÍS, em São Paulo, era mais um grito de tantos que os Yanomami têm dado nos últimos anos para alertar sobre a situação de degradação do atendimento de saúde em sua Terra Indígena, na fronteira com a Venezuela, onde vivem atualmente cerca de 25.000 índios.

CONT.



No começo deste ano, pintados de preto, em sinal de luto, um grupo deles entrou em meio a uma cantoria na sede da Secretaria Especial de Saúde Indígena, em Boa Vista, com flechas em punho, para exigir a saída de Maria de Jesus do Nascimento, coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami. "A saúde só tem piorado nos últimos quatro anos na nossa terra indígena e por isso estamos aqui reivindicando melhorias para as nossas crianças", disse à época, para a reportagem do site G1, Júnior Yanomami, uma das lideranças que acompanha Anselmo nas denúncias. Ambos fazem parte do Conselho Distrital de Saúde Yanomami e Ye'kuana, um grupo que discute a situação sanitária nas 300 aldeias da Terra Indígena, que é a maior área demarcada do país, com 9,6 milhões de hectares (um tamanho maior do que toda Portugal).

Ao EL PAÍS, Anselmo explicou, agora já em uma ligação telefônica, a situação atual da região. Segundo seu relato, apenas neste ano 11 crianças entre 1 e 10 anos morreram por causas como diarreia e vômito nas aldeias Yanomami. A última delas, de cinco anos, na última quinta-feira. Ele relata ainda que dois índios também morreram neste ano após serem picados por cobras e não haver medicamento disponível no posto de saúde da aldeia onde viviam.

"Nossas comunidades estão abandonadas, há comunidades ilhadas, sem atendimento nenhum. Reduziram o número de profissionais de saúde que atendem as aldeias sem consultar os índios, nos postos não há equipamento ou medicamento suficiente", conta ele.

Os dados do Datasus, sistema do Ministério da Saúde que compila informações sanitárias de todo o Brasil, mostram que houve, entre os índios da região, um aumento de mortes por causas evitáveis – aquelas que poderiam não ter acontecido, caso houvesse imunização, atenção à gestante, ao parto e ao recém-nascido, além de diagnóstico e tratamento adequados.

As informações preliminares de 2013, os últimos disponíveis segundo o Ministério da Saúde, mostram que no Amazonas e em Roraima, onde se concentra a Terra Indígena Yanomami, foram 1.004 mortes evitáveis de indígenas (que vivem em aldeias ou não, pois esse sistema não difere), sendo 446 delas entre crianças de até 5 anos. Um acréscimo de 14% em relação a 2012, quando morreram 881 indígenas pelas mesmas causas (390 crianças de até 5 anos); e um aumento de 47% em relação a 2011, quando foram 681 óbitos (247 de índios de até 5 anos). Na população geral dos dois Estados, o crescimento dessas mortes também ocorreu, mas em taxa muito menor: 4,55% entre 2013 e 2012 e 7,35% entre 2013 e 2012.

Segundo o Ministério da Saúde, os dados referem-se a indígenas que foram atendidos na rede de saúde local e, por isso, não refletem a situação apenas dos índios que vivem nas aldeias. O órgão, entretanto, não enviou à reportagem os dados relativos apenas aos que vivem na Terra Indígena Yanomami, que afirma serem mais precisos – disse que não havia tempo hábil para fazê-lo.

Os dados gerais de mortalidade de índios que vivem nas aldeias do Brasil, entretanto, apontam que o problema tem piorado em todo o país. Em 2012, o coeficiente de mortalidade infantil

CONT.



indígena no Brasil foi de 37,8 para cada 1.000 nascidos vivos. Em 2011, havia sido de 32,2. Entre os não índios, essa taxa é de 21 por 1.000.

“A situação é crítica. Aqui em Roraima nos dizem que a culpa é de Brasília, que não envia o dinheiro. Ligamos para Brasília e lá nos dizem que mandam o dinheiro e não sabem o que acontece. Mas o povo Yanomami está morrendo e precisa saber por que isso ainda está acontecendo”, diz ele.

Ministério diz que aumentou investimento em áreas indígenas

Por nota, o Ministério da Saúde afirmou que quadruplicou o investimento no acesso à assistência à saúde dos povos indígenas, passando de R\$ 479 milhões, em 2011, para R\$ 1,093 bilhão, em 2014 -não especificou, entretanto, o valor repassado para a área Yanomami. Também afirmou que por meio do programa Mais Médicos ampliou em 305 o número de profissionais atuando nessas áreas, que contam com 511 médicos atualmente.

“O DSEI de Yanomami era um dos que enfrentava dificuldade na fixação desses profissionais, mas que atualmente conta com 20 médicos, sendo 15 do Programa Mais Médicos, além de 67 equipes multidisciplinares de saúde compostas por mais de 460 profissionais.”

O órgão apontou ainda que tem investido em saneamento básico, algo essencial para reduzir as diarreias. “Estão em andamento obras de abastecimento de água em 457 aldeias e de saneamento em 113 aldeias. Também estão sendo construídos e reformados 97 estabelecimentos de saúde como Unidades Básicas de Saúde, Polos Base e Casas de Saúde Indígena. Os investimentos nessas ações somam R\$ 97,3 milhões”. A nota aponta ainda que disponibiliza os medicamentos essenciais para a assistência básica aos povos indígenas nos 37 Polos Bases e 73 farmácias da Terra Indígena Yanomami e Ye'kuana. O ministério, entretanto, não explica os motivos que levaram ao aumento das mortes.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ricardo Álvares.



Boletim de Notícias - Edição nº 53/2015

Brasília, 24 de março de 2015.

Presidente da Funai é convidado para falar sobre delimitação de terras indígenas na Câmara

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.03.2015

Agência Câmara Notícias

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realiza audiência pública nesta terça-feira (24), às 14h30, para ouvir o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Flávio Chiarelli, sobre identificação e delimitação de terras indígenas. O evento ocorrerá no plenário 6.

O deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), que pediu o debate, afirma que os proprietários de terra querem maior transparência nos processos de demarcação. "A Funai tem, atualmente, elaborado processos aos quais os produtores rurais e os municípios não têm acesso. Os processos correm à revelia, e o direito de defesa é mínimo", diz. "A alegação é de que os interessados têm em torno de 90 dias para se defender, tempo insuficiente para qualquer ação efetiva."



Indígena publica livro baseado em pesquisa de mestrado sobre BR 364

SÍTIO ISA, 23.03.2015

Autor: Veriana Ribeiro

Quando o indígena Francisco Apurinã, de 40 anos, filho de um cacique da terra indígena Kamicuã, no município de Boca do Acre (AM), saiu da aldeia ainda criança, ele conta que não imaginava como seria sua vida. Segundo ele, após enfrentar o preconceito dos colegas de aulas, que diminuíam seu povo e o chamavam de 'preguiçoso' por causa de suas origens, ele orgulha-se de lançar em 2015 o livro "Nos Caminhos da BR-364: Povo Huni Kui e a Terra Indígena Colônia 27", baseado em sua pesquisa de mestrado na Universidade de Brasília (UnB).

Apurinã explica que a terra indígena estudada, localizada a 8 km da cidade de Tarauacá (AC), é a menor do Acre, com apenas 305 hectares. Na época da pesquisa, em 2012, existia no local uma única aldeia com 33 famílias, contabilizando 146 pessoas.

"Quando foi criada, 80% da área era composta por pasto para a criação de gado. Não existe rio que passa dentro da terra, não tinha igarapé, recursos naturais. Então o governo fez um investimento de açude, criação de galinha e sistemas agroflorestais. Essas foram algumas medidas de mitigação e o livro faz uma análise desse diálogo com o governo, principalmente como os povos indígenas avaliam a atuação do governo", afirma.

Para o pesquisador, ainda é preciso que os técnicos do governo entendam que o conhecimento tradicional não deve ser menosprezado. "É melhor somar os dois tipos de conhecimento, do que desconsiderar toda uma base existencial que é imemorial, para aplicar apenas o conhecimento científico. Esse foi um dos grandes erros dos técnicos que atuaram no governo, porque eles não são capacitados corretamente para isso", acredita.

O livro analisa o diálogo entre indígenas e governo estadual, assim como as políticas de mitigação e compensação nas terras indígenas, tendo como estudo de caso a Terra Indígena da Colônia 27, que fica localizada próxima a BR-364 e sofreu grande impacto ambiental e cultural com a construção da estrada. "Todo empreendimento causa um grande impacto no meio ambiente, então é preciso fazer uma análise dos impactos ambientais. A partir desse relatório, cria-se medidas de compensar os impactos do empreendimento aquelas populações que ficam às margens da BR", explica o pesquisador.

Da aldeia para a academia

Francisco Apurinã trabalhou intimamente com as políticas indígenas no estado do Acre. Em

CONT.



2012, ele fez parte da primeira equipe da Assessoria Especial de Assuntos Indígenas do Acre. Foi nesta época que ele começou a trabalhar no governo, antes, era vendedor em Rio Branco.

Apurinã conta que foi difícil sair da aldeia quando era criança. Único filho homem do cacique, ele foi criado com a responsabilidade de estudar para ajudar o seu povo. "No começo eu não entendia muito bem, minha família sempre me disse que eu era importante para cultura do meu povo e tinha sido muito desejado. Mas, me mandaram para a cidade para estudar com os 'brancos' que me tratavam mal e menosprezavam meu povo, minha cultura", lembra.

Após se formar como técnico agrícola, ele demorou para conseguir emprego na área. Foi apenas em 2012 que começou a trabalhar na Secretaria Estadual de Meio Ambiente. "Eu trabalhei muito tempo como vendedor, até que um dia precisaram de um técnico agrícola. Acabei concorrendo sozinho, porque não tinham muitas pessoas especializadas", conta.

Em 2012, ele também realizou o mestrado na UnB com a pesquisa que originou o livro. Alguns meses depois de apresentar seu trabalho de pesquisa, ele foi procurado por uma editora que queria publicar seu estudo. "Eles me mandaram um e-mail. No começo eu nem acreditava, mas eles me falaram que todo ano escolhiam as cinco melhores pesquisas do país para publicar e se interessaram pela minha", comenta.

Foi somente em 2015 que o livro foi publicado. Ele agora planeja realizar os lançamentos no Acre e em Brasília, mas ainda não existem datas marcadas. O livro pode ser encontrado no site da editora e será distribuído para as principais livrarias do país.

Em março, Apurinã começou a fazer o seu doutorado, onde irá analisar o xamanismo do povo Apurinã. "É um assunto que eu queria pesquisar há muito tempo, porque nós acreditamos que os nossos líderes espirituais nunca deixam de nos proteger, é tanto que para nós eles não morrem, viram parte da natureza e se transformam em animais", diz.

<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/indigena-publica-livro-baseado-em-pesquisa-de-mestrado-sobre-br-364.html>



Secretário discute com lideranças indígenas melhorias para o DSEI Bahia

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 23.03.2015

Cerca de 70 caciques e lideranças das etnias Pataxó, Tupinambá, Quiriri e Caimbé, do estado da Bahia (BA), estiveram em Brasília (DF), na última semana, para reivindicar a não aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 215, no Congresso Nacional, que trata da demarcação de Terras Indígenas no país. A comitiva aproveitou a passagem pela capital Federal e solicitou uma audiência com o secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, para discutir melhorias para o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Bahia. O encontro aconteceu na última sexta-feira (20), na Unidade II do Ministério da Saúde.

Foram escolhidos quatro caciques para representarem o grupo e manifestarem suas insatisfações. Após as falas dos indígenas, o coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Bahia, Jerry Adriane Santos de Jesus, respondeu e explicou alguns questionamentos acerca de obras e infraestrutura e ressaltou os avanços no Dsei durante sua gestão.

“Do ponto de vista dos contratos, nós avançamos muito. Em 2010, na época da criação da Sesai, recebemos cinco contratos da Funasa. Hoje temos mais de 70. A demanda é muito grande, mas devemos admitir que este é um avanço considerável. Precisamos, agora, é qualificar o serviço”, destacou o coordenador.

Jerry salientou às lideranças que a Sesai é uma instituição que se preocupa em ouvir as demandas indígenas. “Aqui o controle social é levado a sério. Das 17 reuniões do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), quatro foram comandadas por mim. Isso demonstra um compromisso do Ministério com o controle social”, reforçou.

Participação

Os diretores dos departamentos de Gestão da Saúde Indígena, de Atenção à Saúde Indígena e de Saneamento e Edificações de Saúde Indígena da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), nível central, também responderam a questionamentos sobre obras, medicamentos e saneamento básico na Bahia.

“Neste momento, há obras de reforma em 23 estabelecimentos de saúde: 21 unidades básicas de saúde e dois Polos administrativos. Não há dificuldade de atendimento ou carência de profissionais nas aldeias; com o apoio da comunidade, todos têm cumprido seus horários de trabalho. Isso é resultado de um amadurecimento institucional”, salientou o secretário Antônio Alves.

CONT.



O secretário também ressaltou a importância da coordenação do Dsei Bahia estar sob a responsabilidade de um indígena. "Vocês têm um coordenador indígena, que conhece os meandros e necessidades das aldeias. Isso é importante para nós".

Encaminhamentos

Ao final da reunião, todos os oito pontos da pauta trazida pelos indígenas foram debatidos e tiveram encaminhamentos positivos. Além disso, Alves tomou a liberdade de acrescentar algumas observações que ele próprio constatou na gestão do DSEI, como a implantação do Complexo Oca da Saúde de Terapia Comunitária.

"A reunião foi proveitosa. A gente espera que tudo que foi debatido na reunião saia do papel para a prática, por que a nossa tendência é vir aqui para debater os nossos problemas. A gente quer ação, quer levar as melhorias pra nossa comunidade. Esse é o nosso objetivo de hoje", disse o cacique Geová, da etnia Pataxó.

O cacique Ailton, da aldeia Araticum, está na expectativa que o governo cumpra os encaminhamentos. "Pelo momento estou satisfeito porque foi uma reunião produtiva para os dois lados. Eles ouviram bastante a demanda, com críticas construtivas e também críticas que precisavam ser ditas, pois muitas vezes quem está no governo não sabe o que passamos. Mas é assim que a gente tem que trabalhar, a base vem com a demanda, o governo tem a obrigação de acolher e executar. E a Secretaria de Saúde Indígena em Brasília acolheu a nossa demanda, esperamos agora que cumpram".

Representante de 270 famílias, o cacique Uruguaiana, da Aldeia Velha, gostou muito do encontro. "Toda a reivindicação que nós viemos falar aqui, graças a Deus, deu certo. O secretário Antônio Alves explicou a situação e o que pode estar ajudando a nossa comunidade. Nosso ponto mais forte era sobre os transportes, que será resolvido na próxima semana, e as contratações, com o pregão que vem aí. Foi muito boa a reunião".

Por Déborah Proença



Conab distribui cestas básicas a quilombolas no MT

SÍTIO OLHAR DIRETO, 23.03.2015

Conab

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da superintendência regional do Mato Grosso, está disponibilizando 2.278 cestas de alimentos para famílias quilombolas em situação de insegurança alimentar nos municípios de Chapada dos Guimarães, Poconé, Vila Bela, Barra do Bugres, Cáceres e Nossa Senhora do Livramento.

As cestas são compostas por produtos como arroz, feijão, óleo de soja, fubá de milho e açúcar, totalizando 50 mil quilos de alimentos que devem ser retirados na Unidade Armazenadora de Rondonópolis. Os produtos foram adquiridos por meio de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).



Mulheres indígenas terão cartilha de saúde, direitos e educação

SÍTIO A VOZ DA CIDADE, 23.03.2015

ANGRA DOS REIS

A aldeia guarani do bairro Bracuí receberá uma cartilha que tratará assuntos relativos à saúde, direitos e educação dos indígenas. A comunidade é a única legalmente reconhecida no Estado do Rio de Janeiro. O objetivo de tal ação é fortalecer o conhecimento e a inclusão, em especial às mulheres. O material será produzido nos idiomas português e guarani. A elaboração será coordenada pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos com participação de outros setores da prefeitura.

Um grupo de professores da cidade participou de uma conferência sobre saúde indígena em Curitiba-PR, e conheceram um material semelhante, editado para a etnia indígena kaingang. A secretária da pasta, Neuza Nardelli, acolheu com entusiasmo a possibilidade de produção desse conteúdo.

"A cartilha bilíngue é uma forma de inserir a mulher indígena. Além de poderem manter seus dados de saúde em dia, elas poderão conhecer mais sobre os direitos da mulher. A cartilha será muito útil também nos casos em que a mulher indígena se muda para outra aldeia já que todos os dados dela e registros de saúde estarão no material", explica Neuza Nardelli.

Quando pronta, a cartilha servirá como um documento da mulher indígena da tribo sapucay, com dados pessoais, tabelas de vacinação, datas dos exames preventivos, além do histórico do povo guarani e da aldeia sapucay, um tópico sobre os conhecimentos da tradicional medicina guarani e a íntegra da Lei Maria da Penha, traduzida para o guarani.

A construção do material será coletiva, com a participação das mulheres da aldeia, que poderão opinar e oferecer mais informações e dicas. O professor da aldeia, Argemiro, adiantou que a elaboração da cartilha foi aceita rapidamente pelas mulheres da comunidade.

"A proposta da cartilha é muito importante, principalmente pensando na saúde das mulheres indígenas. É a primeira vez que vão produzir esta cartilha em todo o estado do Rio. Em outros estados ela já existe. As mulheres da aldeia concordaram em obter a cartilha e gostaram muito da novidade", explica Argemiro.

O trabalho terá a assessoria da professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Museu Nacional, Ruth Monserrat. Não há previsão para a conclusão do material. Estão envolvidos no projeto também o Conselho Municipal de Entorpecentes e Universidade Federal Fluminense, além da comunidade quilombola do Bracuí.



Após 10ª cheia, Rio Tarauacá baixa e famílias voltam para casa no AC

SÍTIO GLOBO.COM, 23.03.2015

*Três famílias que estavam desabrigadas voltaram para casa.
Nível o rio marcou 6,99 metros nesta segunda-feira (23).*

Após enfrentar a décima cheia em quatro meses, as famílias atingidas pelas águas do Rio Tarauacá, na cidade de mesmo nome, distante 400 quilômetros de Rio Branco, começaram a retornar para suas residências na manhã deste domingo (22). O nível do rio marcou 6,99 metros durante a aferição feita às 6h desta segunda-feira (23). Durante essa enchente, três famílias ficaram desabrigadas pelas águas do rio, cerca de 34 pessoas ocuparam um abrigo público instalado para recebê-los. Quatro famílias continuam desalojadas na cidade, ou seja, estão em casas de amigos ou parentes.

De acordo com a coordenadora da Defesa Civil no município, Raimunda Alves, as famílias começaram a ser retiradas do abrigo na manhã deste domingo. A coordenadora contou que ainda tem quatro famílias desalojadas devido à enchente na cidade.

"As águas já começaram a baixar, o rio já está no volume certo. As famílias que estavam desabrigadas já retornaram para casa, mas algumas ainda continuam desalojadas", explicou. Raimunda revelou ainda que duas casas desabaram por causa das águas. As duas famílias, sendo uma indígena, que perderam as residências, estão em casas de parentes, segundo a Defesa Civil. A coordenadora disse que uma das famílias já está cadastrada no aluguel social.

"Uma casa desabou de sexta para sábado e a outra hoje pela manhã. Uma dessas casas, que é de uma família indígena, o rio levou inteira e eles foram acolhidos pelos parentes daqui da cidade. A outra família também está na casa de parentes, mas já estamos providenciando o aluguel social para ela. Os indígenas não querem continuar na cidade, falaram que vão embora", afirmou.

Sobre os prejuízos causados pela décima cheia aos ribeirinhos, Raimunda disse que o prefeito da cidade, Rodrigo Damasceno, foi ao encontro neste domingo da balsa que está levando assistências as pessoas atingidas pela enchente. Só após o retorno do prefeito, segundo Raimunda, que será calculado os danos sofridos pelos ribeirinhos.

Entenda o caso

Após ter passado alguns dias estável, o Rio Tarauacá voltou a subir na quinta-feira (19) na cidade que fica distante 400 quilômetros de Rio Branco. De acordo com a prefeitura de Tarauacá, o nível do rio chegou a 10,45 metros, quase um metro acima da cota de transbordo,

CONT.



que é de 9,50 metros. Desde novembro de 2014, esta é a décima cheia que afeta o município – ao menos cinco delas foram as maiores já registradas.

As águas atingiram os dois maiores bairros da cidade, Senador Pompeu e Bairro do Triângulo. De acordo com a prefeitura, das 3 mil famílias que vivem nesses bairros, 2 mil foram afetadas pela cheia.

Em novembro de 2014, o prefeito de Tarauacá chegou a decretar estado de calamidade pública. Registrada como uma das maiores cheias pelas quais a cidade passou, o nível do rio ultrapassou 12 metros e atingiu mais de 70% do município.

Ainda em novembro, o governo federal reconheceu um decreto de emergência declarado pela prefeitura. Na época, índios das aldeias Nova Esperança e Mutum, localizadas no Rio Gregório, distante 90 km do município de Tarauacá, perderam plantações, casas, animais, alimentos e açudes com criações de peixes durante a enchente que atingiu a região.

Em dezembro, o governo federal liberou R\$ 794 mil para Tarauacá, que foram usados para cobrir despesas com atendimentos a vítimas da cheia.

A segunda grande cheia foi registrada em janeiro, quando o rio Tarauacá voltou a subir e deixar famílias desabrigadas. Apenas naquele mês, o rio subiu duas vezes.

No dia 16 de março, quando o rio Muru subiu 5 metros, a União liberou R\$ 1.033.210 para a cidade. A verba também deve ser usada para executar ações de socorro e assistência.



Cleiton Roque alerta para enchente em Pimenta e pede união

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 23.03.2015

Durante sessão ordinária na Assembleia Legislativa, o deputado Cleiton Roque (PSB) usou a tribuna e demonstrou preocupação em relação à enchente no município de Pimenta Bueno, pelos rios Pimenta Bueno e Barão do Melgaço, principalmente na área onde mora a população ribeirinha. "Já são 300 famílias desabrigadas na nossa cidade até hoje e a Defesa Civil no município precisou resgatar às pressas pessoas, móveis e utensílios domésticos das casas invadidas pelas águas", destacou.

Segundo ele a situação se agravou na terça-feira (17), pois um comunicado do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) reporta sobre o risco de inundação de nível "alto", o que significa que o nível dos rios pode aumentar ainda mais nos próximos dias, causando um desastre.

No mesmo documento é recomendado que sejam adotadas medidas preventivas, julgadas cabíveis, de acordo com a situação constatada em campo. "Independente do nível de graduação do alerta, recomenda-se também que avisem todos os órgãos competentes para uma possível convocação no caso de elevação do nível de alerta ou ocorrência de desastre", disse Roque.

O deputado relatou que manteve audiência com a vice-prefeita Ana Bastos, que é coordenadora municipal da Defesa Civil, onde foram traçadas algumas ações imediatas para atender essas famílias, com cesta básica e abrigos provisórios para acomodar os moradores. O prefeito já decretou situação de emergência no município.

"Tivemos um contato direto com a Defesa Civil do Estado, onde fomos muito bem atendidos e solicitamos um apoio imediato quanto a água, alimentação e as barracas para o abrigo das famílias", explicou o parlamentar.

Em aparte, o deputado Laerte Gomes também demonstrou preocupação com a situação vivida hoje por vários municípios com a possibilidade de enchente que está prestes a acontecer.

Cleiton Roque relatou que o Poder Executivo Municipal tem agido com eficiência, assim como fez em 2014, mas que sozinho não consegue suprir todas as necessidades. "Essas localidades atingidas precisam ser declaradas como situação de risco para que possam receber recursos do governo federal", destacou.

Ainda de acordo com o desastre natural das águas altas em Pimenta Bueno é recorrente e faz um número cada vez maior de vítimas, ano após ano. "É preciso buscar soluções definitivas, ação política necessária e urgente que possam colocar um fim no sofrimento desse povo. A união dos poderes em prol dessa população é a saída mais eficaz. Precisamos unir forças e assegurar investimentos na área", alertou.

CONT.



Outro ponto abordado pelo parlamentar foi a Usina de Calcário em Pimenta Bueno. "Sabemos do grande benefício que essa usina proporciona aos pequenos produtores de toda região e que investir na correção de solo é investir na economia de Rondônia", frisou.

Em aparte, os deputados Só Na Bença (PMDB) e Adelino Follador (PMDB) parabenizaram Cleiton Roque pelo tema abordado e destacaram que os produtores rurais de Rondônia necessitavam de um tratamento diferenciado.

Follador fez um alerta sobre a estrada de saída da usina. "É preciso um trabalho de qualidade para receber os caminhões pesados que entram e saem todos os dias e que o asfalto precisa ser de qualidade para manter a boa trafegabilidade na estrada", disse.

Piscicultura

Ao finalizar o discurso, Cleiton Roque anunciou que apresentou indicação ao Poder Executivo para a instalação de um frigorífico para abate de peixes em Pimenta Bueno. De acordo com ele, a piscicultura é o novo agronegócio de Rondônia, dado o desempenho impressionante da atividade nos últimos três anos, que cresceu cerca de 300% no período.

"Há três anos eram produzidos 16 mil toneladas. Em 2013 Rondônia fechou o ano com aproximadamente 65 mil toneladas e em 2014, 80 mil toneladas. Já é visível o sucesso do setor, que precisa de novos investimentos", afirmou.

Fonte: Assessoria

Jovens Arqueiros indígenas participam de uma seletiva para Mundial de Tiro com Arco

SÍTIO A CRÍTICA, 23.03.2015

Atletas fazem parte do Projeto Arqueria Indígena da Fundação Amazonas Sustentável (FAS). Mundial acontecerá nos EUA no dia 14 de junho



Projeto do FAZ visa contribuir com popularização da arqueria e fortalecer imagem e autoestima das populações indígenas (Divulgação/FAS)

Entre os dias 17 e 20 de abril, os jovens Jardel (Wanaiu), Graziela (Yaci), Gustavo (Ywytu), Dream Braga (Iagoara) e Nelson Moraes (Inha), irão participar da Seletiva Juvenil e Cadete de Arco Recurvo para o Mundial de Tiro com Arco em Yankton, nos EUA, que acontecerá no dia 14 de junho.

Os jovens participantes da seletiva fazem parte do Projeto Arqueria Indígena, idealizado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), que visa contribuir para a popularização da arqueria e fortalecer a imagem e autoestima das populações indígenas da Amazônia. Desde dezembro, Dream e Inha, da etnia Kambeba, integram a Seleção Brasileira de Tiro com Arco.

Além da seletiva para o Mundial, o jovem Gustavo Paulino dos Santos (Ywytu), de 18 anos, de etnia Karapanã, localizada na comunidade Kuanã, na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Negro, irá estagiar durante três meses na seleção e se juntará aos demais atletas.

CONT.



O convite foi feito pelo técnico Renzo Ruele e Gustavo viaja no próximo dia 25 de março para Maricá, no Rio de Janeiro, onde fica a sede da Confederação Brasileira de Tiro com Arco (CBTARCO).

Com a chegada da Olimpíada e a confirmação de Manaus como uma das seis sedes do futebol, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) estimula a torcida aos arqueiros indígenas, representantes do Amazonas no torneio.

Através do Projeto Arqueria Indígena, os jovens indígenas alcançaram resultados expressivos em competições, como medalhas de ouro, prata e bronze no Campeonato Brasileiro e cinco medalhas para o estado na primeira participação do Projeto do Amazonas em competições oficiais nacionais.

Para o idealizador do projeto, Virgílio Viana, a iniciativa traz mais que resultados positivos para o Amazonas, é uma maneira de contribuir para a valorização da cultura indígena do Brasil.

“Foi emocionante ver o resultado daquilo que parecia uma utopia não realizável se transformar em resultados tão expressivos e em tão curto espaço de tempo. Tenho certeza que o projeto de arqueria indígena ainda será motivo de muito orgulho para o Amazonas e contribuirá para a valorização da cultura indígena brasileira rumo à Olimpíada Rio 2016”, enfatizou o superintendente-geral da FAS.

Sobre o projeto

O projeto Arqueria Indígena do Amazonas tem o objetivo de contribuir para a popularização da arqueria e fortalecer a imagem e autoestima das populações indígenas da Amazônia.

A ação é uma iniciativa da FAS, em parceria com a Federação Amazonense de Tiro com Arco (Fatarco) e apoio da Confederação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (Coipam), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), e do Governo do Amazonas, por meio das Secretarias de Estado da Juventude, Desporto e Lazer do Amazonas (Sejel), e para os Povos Indígenas (Seind).

A iniciativa conta com o patrocínio das Lojas Bemol e Fogás, e de forma inédita, pretende colaborar para a formação de atletas de alto rendimento e o fortalecimento da equipe brasileira de tiro ao arco para competições locais, nacionais e internacionais, incluindo a Olimpíada do Rio.

Sobre a FAS

A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) é uma organização brasileira não governamental, sem fins lucrativos, de utilidade pública estadual e federal.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 53/2015

Brasília, 24 de março de 2015.

Foi criada em 20 de dezembro de 2007, por meio de uma parceria entre o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Bradesco e, posteriormente, passou a contar com o apoio da Coca-Cola Brasil (2009), do Fundo Amazônia/BNDES (2010), da Samsung (2010), além de outras parcerias em programas e projetos desenvolvidos.

Os dois principais programas implementados são o Programa Bolsa Floresta e o Programa de Educação e Saúde. Saiba mais: www.fas-amazonas.org.

*Com informações da assessoria de imprensa

Aldeias indígenas em Avaí não registram casos de dengue

SÍTIO GLOBO.COM, 23.03.2015

Com pouco mais de 5 mil habitantes, cidade tem 261 registros.

Índios só devem deixar aldeia quando dengue na região estiver sob controle.



Crianças da aldeia ensinam como ficar livre do mosquito (Foto: Reprodução / TV TEM)

A cidade de Avaí (SP), com pouco mais de 5 mil habitantes, confirmou 261 casos de dengue em 2015. O curioso é que nas quatro aldeias indígenas da cidade não há casos registrados. Em uma delas, na aldeia Ekeruá, nenhum caso é registrado há doze anos. Atualmente, para eles, é um risco ir à cidade. No total, cerca de 600 índios vivem nas aldeias de Avaí.

E preocupado com a evolução da doença, a ordem do cacique Jazone de Camilo é para que os índios só saiam da aldeia quando a situação da dengue nas cidades da região estiver sob controle. A medida é para que o avanço da doença não coloque em risco a saúde dos indígenas. "Essa é a orientação nossa aqui querendo passar para eles, pra evitar isso aí", adverte.

E a preocupação faz sentido. A aldeia fica na zona rural da cidade e está cercada por

CONT.



municípios que enfrentam epidemia da doença. As cidades vizinhas são Bauru, Lins e Marília, que já registraram, juntas, mais de 12 mil casos positivos de dengue e 10 mortes. Isso acaba causando medo nos indígenas. "Nós estamos cismados", afirma o cacique.

Até agora, a medida vem dando certo. Mas a aldeia também se previne caso alguém seja picado, segundo o professor da aldeia David Henrique da Silva Pereira. "A gente sabe que a qualquer momento alguém pode ser picado e trazer [a doença para a comunidade]. A ideia agora é conscientizar na aldeia para que, mesmo que alguém seja contaminado, aqui não tenha pernilongo. Acabando com o criadouro dele, você não vai ter o risco disso [doença] aumentar", explica.

E os responsáveis pela conscientização da comunidade indígena são as crianças e os adolescentes da aldeia. Eles se informaram sobre a dengue e assumiram o papel de agentes de saúde. A primeira ação foi desenvolvida na escola da tribo. Eles fazem palestras e tiram as dúvidas.

O morador da aldeia Júlio César Pio já aprendeu. "Quando chega a doença é muito difícil de você controlar, então a conscientização e prevenção é a melhor forma da gente evitar a proliferação do mosquito aqui na aldeia."

Além do trabalho na escola, os estudantes decidiram ampliar o projeto para as casas da aldeia e orientar as famílias. A partir de agora eles vão visitar uma a uma. Eles conversam com os moradores e vistoriam os quintais. Todos os recipientes propícios para a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* são eliminados. A ideia do grupo agora é expandir o projeto às aldeias vizinhas.

"Só limpando aqui não dá, tem que expandir, porque nós somos quatro aldeias", alega a coordenadora do projeto Martha Pio.



Indígenas apresentam demandas para melhorar produtividade

SÍTIO PORTAL BRASIL, 23.03.2015

Representantes de quatro povos e 40 comunidades relataram que vêm sofrendo dificuldade com a utilização dos veículos do PAC 2

Representantes de 40 comunidades indígenas do estado da Bahia se reuniram com servidores do Ministério do Desenvolvimento Agrário na sexta-feira (20) para apresentar suas dificuldades e demandas.

Os cerca de dez representantes de quatro povos e 40 comunidades relataram que vêm sofrendo dificuldade com a utilização dos veículos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

O coordenador do PAC 2 no MDA, Lucas Ramalho, adiantou que o ministério tomará as devidas providências para melhorar a situação dos índios.

“Nós iremos oficializar as prefeituras dos municípios de Euclides da Cunha e de Banzaê, onde estão localizadas essas comunidades, para que se tomem as providências necessárias para a utilização das máquinas para a manutenção das estradas vicinais. disse o coordenador”

Em relação aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que é uma reivindicação antiga das comunidades, o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira, afirmou que o ministério vem intensificando cada vez mais as ações para esse público.

“O MDA vem fazendo lançamento de chamadas para a prestação de serviços de Ater. Muitas famílias já vêm sendo assistidas e vamos ampliar esse número, inclusive contemplando as comunidades aqui presentes”, disse Cerqueira.

O atual secretário do movimento indígena no estado da Bahia, Kâhu Tapaxó, considerou positivo o encontro. “Ficamos agradecidos, porque a gente já tem avançado nessas demandas. Estamos pontuando para ver onde ainda precisamos avançar no escoamento da produção e nos serviços de Ater. Temos visto o compromisso do MDA em atender as nossas comunidades e a expectativa é muito boa”, disse.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Laboratório de arqueologia reúne acervo do Médio Solimões

SÍTIO PORTAL BRASIL, 23.03.2015

Investigações do Instituto Mamirauá ajudam a desvendar aspectos da ocupação humana na Amazônia



Durante a construção de uma escola em Tefé (AM), este conjunto de urnas funerárias antropomorfas foi encontrado

Nem sempre grandes monumentos ou sítio arqueológicos, como Pompéia ou de Machu Picchu, são responsáveis por atrair a atenção dos arqueólogos. Pequenos indícios são peças fundamentais para compreender nosso passado e História.

Objetos, estruturas, feições, sepultamentos, restos orgânicos, lascas de pedras, restos de carvão, fragmentos cerâmicos, amostras de pólen e sementes carbonizadas são algumas das múltiplas possibilidades para os estudos em arqueologia.

Cada um desses pequenos vestígios, e o contexto dos locais onde são encontrados, falam sobre uma história que nos chega por meio da cultura material.

"Normalmente as pessoas associam arqueologia a monumentos, sempre focados em imagens da Grécia ou Egito, por exemplo. As pessoas pensam que no Brasil não tem nada, mas de fato tem", lembra o arqueólogo do Instituto Mamirauá, Eduardo Kazuo Tamanaha.

Segundo Tamanaha, a arqueologia aborda períodos de 14 mil anos atrás e até mesmo recentes. "Podemos trabalhar até com coisas de 40, 50 anos atrás, como as antigas fábricas, olarias, ou como aqui em Tefé (AM), no antigo seminário. Tudo isso faz parte da arqueologia."

CONT.



Laboratório do Instituto Mamirauá

O Laboratório de Arqueologia do Instituto Mamirauá abriga uma série desses vestígios. Hoje o acervo reúne mais de 500 peças, resultado de escavações realizadas nas Reservas Mamirauá e Amanã, e no entorno do município de Tefé.

Gradativamente as peças são higienizadas, catalogadas e depois analisadas. Algumas peças são remontadas, e ganham uma nova dimensão.

"Aí quando você pega esse monte de caquinho, remonta e vira uma urna de um metro de largura por um metro e meio de altura, você já começa a atrair um pouco mais a atenção das pessoas", conta Eduardo.

Pesquisa amazônica

Com este trabalho do Instituto Mamirauá, a pesquisa consegue encontrar informações importantes para compreender aspectos da ocupação humana na Amazônia.

A arqueologia é uma fonte privilegiada para o estudo histórico dos povos indígenas antes da chegada dos colonizadores europeus. "Então, para nós, o mais importante é tentar olhar para o que sobrou das antigas ocupações e trabalhar em cima disso. Muitos ainda acreditam que a história do Brasil começa a partir de 1500, como se não tivesse história antes da chegada dos europeus. Mas existe uma longa história das populações indígenas que viveram aqui", diz o arqueólogo.

As pesquisas na região buscam compreender a complexidade das populações. Os sítios encontrados contribuem cada vez mais com essa análise, mostrando que as sociedades pré-coloniais "construíram casas, fizeram roça, tinham todos os seus rituais, cosmologia, e tentamos reconstruir esse contexto social a partir da cultura material", explica Eduardo.

Vestígios reveladores

Cria-se assim um contraponto importante para os debates sobre a ocupação humana da Amazônia.

"As primeiras pesquisas na região, por não encontrarem vestígios de grandes monumentos, de grandes campos de cultivo, defenderam que os povos da Amazônia tinham uma cultura com pouca tecnologia", conta o pesquisador.

Segundo ele, conforme as pesquisas foram progredindo, os pesquisadores começaram a ver que as aldeias não eram tão pequenas. "Tinha gente investindo tempo para produzir cerâmicas bem elaboradas, colaborando com a manutenção e até com a expansão da biodiversidade da Amazônia", aponta Eduardo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 53/2015

Brasília, 24 de março de 2015.

Existe uma “invisibilidade da monumentalidade” dos vestígios arqueológicos na Amazônia e, um grande exemplo disso, são os solos antrópicos (“Terra Preta de Índio”) que podem se estender continuamente por quilômetros.

Desta forma, os pequenos vestígios e seus contextos mostram uma Amazônia pouco conhecida, cujos sítios são tão impressionantes quantos os sítios monumentais mais famosos.

Fonte: Portal Brasil com informações do Instituto Mamirauá

Iasi: missionário radical e profeta
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.03.2015



Secretariado Nacional do Cimi

Ao referir-se ao Cimi, Dom Pedro Casaldáliga dizia que essas quatro letrinhas, incomodaram e desafiaram muita gente do poder e da dominação. Plagiando nosso poeta e profeta, diria que as quatro letrinhas de Iasi também enfrentaram muitos poderosos que se opunham à vida e direito dos povos indígenas, especialmente na década de 70. Foi um incansável guerreiro da causa indígena. Sua obsessão pelos desafios maiores lhe causou muitas ameaças e inimigos. Dentre suas maiores batalhas estão as lutas pelas terras/territórios indígenas. Denunciou com veemência os usurpadores e invasores. Não tinha medo de enfrentar a ditadura militar e seus prepostos. Quando necessário desafiou os militares a o prenderem, mas não abria mão um centímetro quando se tratava do direito de povos indígenas às suas terras.

Procurando salvar vidas e culturas

Iasi está na raiz do indigenismo missionário comprometido e respeitoso que se consolidou na

CONT.



criação do Cimi. Enfrentou situações difíceis, como no contato com os Tapayúna (Beijo de Pau), com os quais fez contato para salvar esse povo do extermínio a que foi submetido ao contato indiscriminado com as frentes extrativistas, de expansão agropecuária e colonização. Eram aproximadamente 1.200 índios e destes, "dizimados por envenenamento, armas de fogo, gripe e remoções forçadas, restaram cerca de 40 indivíduos (Relatório Comissão Nacional da Verdade, pg 221). Iasi falava com muita emoção e revolta de suas tentativas de evitar esse genocídio.

Denunciou energicamente a ditadura militar pela ação perversa do governo em desviar o traçado da BR 364 passando no meio do território Nambikwara, e disponibilizando suas terras aos latifundiários. Aliás, conforme as constatações da época, o estado do Mato Grosso já estava titulando terras até um terceiro andar. E nessas ações vergonhosas estava envolvida a Funai, que concedia certidões negativas às empresas de colonização e agronegócio.

Iasi foi batalhador incansável das situações mais graves que envolviam a vida, territórios e saque de recursos naturais das terras indígenas. Marcou presença principalmente na região amazônica, que na década de 70 foi submetida à extrema violência pelos projetos ligados ao Plano de Integração Nacional (PIN). As principais vítimas foram os povos indígenas (vide-Vítimas do Milagre, de Shelton Davis).

Por ocasião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Índio, em 1977, Iasi percorreu o país para fundamentar seu depoimento, denunciando o genocídio que grassava em quase todas as regiões do Brasil. Segundo avaliações do período, o depoimento de Iasi nesta CPI foi o mais contundente e documentado, com denúncias concretas de inúmeras situações de violência em função das invasões dos territórios indígenas, saque dos recursos naturais, emissão de certidões negativas e omissão criminosa de demarcação e proteção das terras indígenas por parte do Estado brasileiro.

Iasi – missionário radical e testemunho de fé

Em maio de 1987, ao visitar os missionários no Mato Grosso, encontramos o Irmão Vicente Cañas, assassinado há uns 40 dias. Fomos imediatamente comunicar o fato ao Iasi, em sua humilde casinha no Barranco Vermelho, junto aos Rikbatsa. Comunicamos o fato aos jesuítas em Cuiabá e subimos para o barraco do Vicente. Emocionado, Iasi ajudou a envolver os restos mortais em saco plástico, prevendo a necessidade de investigações que esclarecessem o brutal assassinato de seu colega, o martírio de Vicente.

Iasi esteve, junto com outros colegas jesuítas como Egydio, Tomas, Balduino e Vicente, na origem de profundas mudanças na Missão Anchieta (MIA). Igualmente foi de fundamental importância a sua contribuição na caminhada do Cimi, do qual foi secretário executivo, escolhido pelo então Conselho da entidade no dia 22 de julho de 1975. Algum tempo depois pediu ao Egydio, que era assessor, que reassumisse o secretariado, pois ele preferia ficar livre para missões mais difíceis, envolvendo principalmente a luta pela terra.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 53/2015

Brasília, 24 de março de 2015.

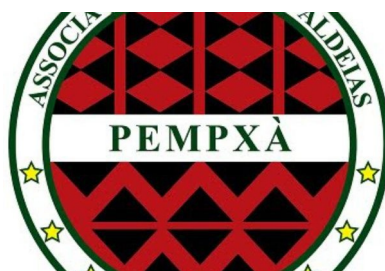
No dia mundial da água, Iasi sentou sereno em sua canoa e deixou-a seguir para a eternidade. Foram 95 anos intensos de dedicação à causa indígena e à vida. Que seu testemunho e lembrança continuem a alimentar nosso compromisso com a causa dos povos indígenas.

Secretariado Nacional do Cimi

Brasília, 22 de março de 2015



Povo Apinajé realiza protestos pacífico nas rodovias TO 126 e 210, no município de Tocantinópolis, para reivindicar melhorias nas estradas das aldeias
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.03.2015



Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ

Nos últimos (5) cinco anos, encaminhamos muitos documentos informando e alertando as autoridades sobre a situação de abandono e precariedade das estradas vicinais de acesso às aldeias Apinajé, localizadas nos municípios de Tocantinópolis e Maurilândia no Norte do Tocantins. Ao mesmo tempo emitimos ofícios e fizemos pedidos verbais ao senhor Gilvamar Moreira de Sousa, ex-chefe do DERTINS e ao senhor Adauto Mitsuo, atual Engenheiro chefe desse órgão em Tocantinópolis, solicitando a recuperação das estradas internas da área Apinajé.

Nesse período buscamos também o dialogo e apoio do chefe do Poder Executivo do município de Tocantinópolis, senhor Fabion Gomes de Sousa, no sentido de garantir a recuperação de pelo menos alguns trechos mais esburacados e difíceis das estradas de acesso às aldeias localizadas neste município, mas não obtivemos êxito.

Nas várias reuniões e conversas que tivemos com o senhor Adauto Mitsuo e o prefeito Fabion Gomes de Sousa, percebemos a falta de vontade política dos mesmos de fazer a recuperação dessas estradas vicinais de acesso às aldeias. No entanto notamos também (da parte deles) uma forte disposição de desviar o foco da questão transferindo suas responsabilidades para a Fundação Nacional do Índio-FUNAI.

Em fevereiro de 2014, os Procuradores do Ministério Público Federal MPF-TO, Dr. Álvaro Lutufu Manzano e a Dra. Ardila Pereira de Albuquerque realizaram reunião em Palmas (TO), para tratar do assunto. Porém demonstrando descaso e falta de compromisso com a questão, os prefeitos de Tocantinópolis e Maurilândia foram convidados, mas não compareceram e nem enviaram representantes.

O problema das estradas vicinais da área Apinajé é cíclico, pois todos os anos nesse período

CONT.



chuvoso ocorrem os mesmos problemas e transtornos para população indígena. Esse ano ao menos (4) quatro aldeias tiveram as estradas de acesso interrompidas pelas chuvas; impedindo a circulação do Transporte Escolar e deixando centenas de alunos (as) sem poder frequentar as aulas.

Diante dos fatos expostos acima; nós representantes caciques, lideranças e membros da Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ, cansados de esperar, resolvemos que a partir de hoje dia 24/03/15, terça-feira, estaremos mobilizados realizando protestos de forma pacífica nas Rodovias TO 126 e TO 210 para manifestar nossa indignação com esse descaso e chamar a atenção do Ministério Público Federal-MPF-AGA, da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis e do DERTINS, para o abandono e a falta de recuperação de nossas estradas vicinais internas.

Terra Indígena Apinajé, 24 de março de 2015.



Boletim de Notícias - Edição nº 53/2015

Brasília, 24 de março de 2015.

MPF participa de reuniões com indígenas e açazeiros

SÍTIO ARIQUEMES ONLINE, 24.03.2015

O procurador da República Daniel Dalberto participará da reunião do Conselho Local de Saúde Indígena de Guajará-Mirim, nesta quarta-feira, 25 de março, no auditório da Universidade

O procurador da República Daniel Dalberto participará da reunião do Conselho Local de Saúde Indígena de Guajará-Mirim, nesta quarta-feira, 25 de março, no auditório da Universidade

Federal de Rondônia, a partir das 9h. A reunião tratará do controle social da saúde indígena e está prevista para terminar às 18h.

Na quinta-feira, 26 de março, às 9h, na Associação dos Açazeiros Agroextrativistas de Guajará-Mirim (Asaguam), o procurador também terá reunião com os associados. Eles pedem a ajuda do Ministério Público Federal para a criação de reserva extrativista, reconhecimento de direitos de aposentadoria por idade, benefício de entre safra e recurso federal para agroindústria.

Processo de demarcação das terras da tribo Kariri-Xocó está parado

SÍTIO TRIBUNA HOJE, 24.03.2015

Território dos índios em Porto Real do Colégio já está declarado pela Funai, mas ação de posseiros pede anulação da delimitação



Cerca de 300 famílias de indígenas da tribo Kariri-Xocó ocuparam uma fazenda que está dentro de seu território

O único processo judicial existente em Alagoas sobre questões de posse de terra indígena, fora o dos Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, é o da tribo Kariri-Xocó, em Porto Real do Colégio. Com seu território já declarado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), está tramitando na Justiça Federal uma ação, por parte dos posseiros localizados na região, pedindo a anulação da demarcação dessa terras.

O processo, que teve início em 2007, está parado por causa do pedido de anulação. Os índios, por conta disso, ocuparam no começo do mês de março uma fazenda localizada dentro da área declarada como deles.

Segundo o antropólogo do MPF, Ivan Farias, as decisões nas demais instâncias devem ser a mesma pela que foi tomada na 12ª Vara Federal em Arapiraca. "É muito difícil, mesmo que o caso chegue aos tribunais superiores, que a decisão seja revertida. Isso só atrasa o andamento da posse da terra que os Kariri-Xocó têm direito".

"Por causa dessa ação dos posseiros que estão dentro do território indígena, o processo de reassentamento e indenização desses posseiros vai demorar mais alguns anos. A posse definitiva da terra só pode ser concedida após esses passos. Com isso, os índios perderam a paciência e ocuparam uma fazenda que está dentro de seu território", explica o antropólogo do MPF.

CONT.



Cerca de 300 famílias de indígenas da tribo Kariri-Xocó ocuparam essa fazenda no início do mês de março. "Isso nos causa preocupação, pois tem muita gente lá, famílias inteiras, e o uso da força policial pode acontecer", diz Farias.

Após a declaração do território indígena é que são realizados os estudos para o reassentamento e indenização de benfeitorias que os posseiros realizam nas terras que passam a pertencer à determinada tribo.

Antropólogo diz que tribos indígenas em Alagoas estão sem suas terras

O antropólogo Ivan Farias destaca que mesmo não havendo tantos processos judiciais sobre a questão fundiária dos índios em Alagoas, a maioria das tribos não está de posse definitiva de suas terras. "Elas só estão com um pedaço". Segundo ele, por causa de problemas estruturais na Funai, os processos para as posses definitivas estão parados. "Nada foi integralmente regularizado. Pode não ter conflito judicial, mas as terras ainda não são definitivamente dos índios".

"Há muito interesses políticos que atuam contra às demarcações de posse das terras indígenas. Na ação judicial dos Xukuru-Kariri, por exemplo, dois dos três senadores assinaram um documento afirmando que os índios são um entrave para o desenvolvimento do estado. O que é sem pé nem cabeça".

Ivan Farias destaca que três aldeias são as maiores produtoras de mel e batata-doce do estado. "Aquele mel que se compra no supermercado ou a batata-doce que se come em casa, provavelmente saiu da produção de dessas aldeias. Essa é uma prova cabal de que o índio não é preguiçoso e que eles têm capacidade de incrementar a economia do estado".

MONITORAMENTO

Segundo Ivan Farias, o MPF também atua no monitoramento do trabalho da Funai em Alagoas. E sempre quando necessário, solicita algum tipo de explicação do órgão federal ou segue algum tipo de ação. "Fazemos isso em todo o território do estado e com todas as tribos indígenas de Alagoas".

As tribos indígenas alagoanas são: Tingui-Botó, na região de Traipu; Xukuru-Kariri, em Palmeira dos Índios; Jeripancó, em Água Branca; Kalankó, também em Água Branca; Karapotó, em São Sebastião; Kariri-Xocó, na região de Porto Real do Colégio; e Wassu-Cocal, na região de Joaquim Gomes.



Prefeitura constrói pontes nos quilombos da Fazenda e do Jambeiro

SÍTIO SEGS, 24.03.2015

Prefeito Mauricio esteve na Fazenda para acompanhar serviços de instalação de três luminárias e assinou documentação referente às pontes ao lado do vereador Eraldo Todão Xibiu

Fonte/Autoria.: Comunicação Prefeitura Municipal de Ubatuba PMU

A prefeitura de Ubatuba anuncia para os próximos 60 dias o início da construção de duas pontes pensas, uma no rio Fazenda e outra no rio Camuburi, na região do Quilombo do Jambeiro.

No fim da semana passada, o prefeito Mauricio esteve na região da Fazenda para acompanhar os serviços de instalação de três luminárias e assinou a documentação referente às pontes ao lado do vereador Eraldo Todão Xibiu e de seu secretários e Governo, Tarcísio Abreu.

Atualmente, as pontes existentes são precárias e acabam intransponíveis em dias de chuva forte, sobretudo quando grandes volumes de precipitação acontecem na cabeceira dos rios.

"Fico muito contente em saber que vão construir essa ponte. Em dias que chove muito, tenho que nadar até o outro lado para ir trabalhar", conta Nego, morador do Quilombo da Fazenda.

"Esse trabalho faz parte de um esforço da nossa gestão em melhorar as condições e a qualidade de vida dos quilombolas da cidade. Além das pontes e das luminárias, ele também inclui a regularização das comunidades e etc", comenta o prefeito Mauricio.



Seminário Nacional de Formação da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista
SÍTIO FUNAI, 24.03.2015

Inicia nesta terça-feira (24) o Seminário Nacional de Formação da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.

O evento ocorre no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília, com a participação de mais de 100 representantes indígenas, do Governo Federal e de organizações indígenas e indigenistas, além de servidores da Fundação Nacional do Índio e de alunos do curso de formação da Pngati - Formar para Formar.



Foto: Mário Vilela/Funai

O Seminário Nacional de Formação é uma das etapas preparatórias para a realização da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, prevista no Decreto presidencial de 24 de julho de 2014.

O objetivo principal do seminário é a qualificação das lideranças indígenas, indigenistas e servidores públicos que serão responsáveis pela condução das etapas locais, regionais e nacional da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, atendendo à demanda dos representantes indígenas para que o envolvimento das comunidades nas diferentes etapas da conferência se dê de maneira qualificada, diferenciada e autônoma, e para que os órgãos de governo das diferentes esferas tenham também uma participação efetiva.

Na abertura do encontro, os convidados indígenas por regional da Conferência foram apresentados, seguido da execução do Hino Nacional em Guarani e uma apresentação cultural dos povos Guarani e Tuxá.

Na mesa de abertura, a presença da indígena Sonia Guajajara, representante dos povos indígenas e coordenadora da APIB, Daniel Calazans Pierri, representante de Organizações Indígenas, Erika Borges, Secretária de Diálogos Sociais da Secretaria-Geral da Presidência da República, Marcelo Veiga, Assessor Especial do Ministro da Justiça e membro da Comissão Organizadora da Conferência Nacional e do Presidente da Funai e Presidente Substituto da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista e Coordenador da Comissão Organizadora Nacional, Flávio Chiarelli.

CONT.



Todos os convidados da mesa destacaram a importância do evento para os povos indígenas. Para Sonia Guajajara, esse é o momento dos povos indígenas participarem do processo que está por vir, "nós estamos acreditando que o diferencial desta Conferência é que nós, povos indígenas, estamos participando desde o primeiro momento, desde a construção dos documentos". A representante dos povos indígenas e coordenadora da APIB citou as discussões que estão ocorrendo no Congresso Nacional e que trazem prejuízos aos povos indígenas, como a convocação do presidente da Funai para discutir a questão da demarcação de terras indígenas, na tarde desta terça-feira, em Audiência Pública na Câmara dos Deputados.

Daniel Pierri lembrou do momento difícil que os povos indígenas estão passando, "esse é um desafio muito grande para o governo, é preciso que os povos indígenas recebam ajuda, para fortalecê-los neste momento de ataque".

A Secretária de Diálogos Sociais da Secretaria-Geral da Presidência da República falou que é preciso reconstruir algumas condições muito concretas. Para Erika Borges, "o governo como um todo precisa incorporar as questões indígenas".

Segundo Marcelo Veiga, o grande desafio da Conferência é fazer com que ela seja diferente, "esta Conferência só pode ser diferente se a gente tiver participação ativa e incisiva dos povos indígenas".

Já o presidente da Funai, Flávio Chiarelli, falou da importância das parcerias que foram firmadas para a realização da Conferência e seguiu com a apresentação do que será a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.

O Seminário segue até o dia 26 de março.



DSEI Potiguara promove mobilização em defesa da água nas escolas indígenas
SÍTIO PORTAL SAÚDE, 24.03.2015

Uma campanha dedicada ao dia Mundial da Água, em 22 de março, foi promovida nas escolas indígenas localizadas no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Potiguara. A 1ª Semana de Mobilização em Defesa da Água foi realizada nos Polos Base de Marcação, Rio Tinto e Baia da Traição, entre os dias 16 e 20 de março, sensibilizando os estudantes do ensino fundamental para a importância do uso racional da água, com o tema: "Água não se joga fora".

"A campanha teve esse objetivo em defesa da água, de sensibilizar estas crianças para o uso racional da água, pois, acredita-se, que são as pequenas ações que temos grandes resultados, criança educada é um adulto educado", destaca a responsável técnica pelo Monitoramento da Qualidade da Água, do Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena (SESANI) do DSEI Potiguara, Wanessa Barbosa Costa.

Segundo Wanessa, durante as apresentações, em sala de aula, os facilitadores trabalharam utilizando filmes, jogos, charadinhas e outros meios, enfocando, sobretudo, a importância da aplicação do hipoclorito de sódio de manter a qualidade da água para o consumo humano.

A 1ª Semana de Mobilização em Defesa da Água teve a participação de quatorze Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN) como multiplicadores das ações nas escolas das aldeias Galego, São Francisco, Cumaru, Akajutibiro, São Miguel, Camurupim, Três Rios, Lagoa Grande, Ybikuara e Brejinho.

Laboratório de Monitoramento

O Laboratório de Monitoramento da Qualidade da Água do DSEI Potiguara visa proporcionar as condições para intervenções e ações corretivas que se fizerem necessárias para a melhoria da qualidade da água na saúde indígena, principalmente em situações relacionadas ao aparecimento de surtos ou epidemias, provenientes de doenças de origem e veiculação hídrica, além de servir como laboratório de referência para as aldeias de abrangência dos Polos Base de Rio Tinto, Marcação e Baia da Traição. "O laboratório de qualidade da água é de suma importância nas ações de acompanhamento do funcionamento e excelência das atividades realizadas pelo Distrito na saúde indígena da Paraíba", define a química Wanessa Barbosa.

Por João Bosco de Araújo



Dsei Porto Velho e Saúde de Rondônia articulam parceria para atendimentos de Média Complexidade

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 24.03.2015

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Porto Velho, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia, promoveu entre os dias 20 e 22, na cidade de Guajará-Mirim (RO), um grande mutirão da saúde. O objetivo da ação foi acabar com um demanda reprimida por procedimentos especializados que prejudicava as comunidades indígenas atendidas pelo Polo Base de Guajará-Mirim.

Ao todo, foram realizados 72 atendimentos nas especialidades: ortopedia, cardiologia, ginecologia, dermatologia, urologia, pediatria e cirurgia geral. Na oportunidade, também foram realizados exames de Eletrocardiograma, Ultrassonografia, Raio X e exames bioquímicos.

“A população indígena foi atendida nas principais patologias apresentadas, com importante participação da equipe de saúde. A equipe do polo base esteve presente durante todo o atendimento, garantindo a humanização e o respeito às especificidades étnicas e culturais”, salienta a enfermeira Nilcilene Jacob, Responsável Técnica do polo base de Guajará-Mirim.

O DSEI Porto Velho é responsável pela atenção básica de cerca de 11.300 indígenas, que estão distribuídos em 155 aldeias e representados por 60 etnias.



Projeto sobre biodiversidade pode virar lei

SÍTIO ISA, 24.03.2015

Fonte: Valor Econômico, Política, p. A6

A Câmara dos Deputados e Senado Federal pautaram para esta semana cinco projetos com impacto econômico que têm alta probabilidade de se tornarem leis nos próximos 180 dias, de acordo com levantamento do grupo Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap/ Ello) para o Valor Política.

Ao todo, 28 projetos com relevância econômica foram pautados para votação em plenário ou em caráter terminativo nas comissões (quando não precisam passar pela análise do plenário) esta semana. A projeção sobre o potencial de estas matérias virarem leis foi feita com base em um modelo estatístico que considera o histórico de votações do Legislativo desde 1988.

Dentre os pautados, apenas um projeto no Senado tem alta chance de virar lei: o PLC (2/2015), que regulamenta o acesso ao patrimônio genético do país e à cobrança de royalties pelo uso da biodiversidade nacional. A proposta, já aprovada na Câmara, é de autoria do governo e tramita em regime de urgência constitucional.

Os outros quatro projetos com alta probabilidade estatística de se tornarem leis dentro de seis meses se encontram na Câmara. Dois destes são propostas de emenda constitucional (PECs) no plenário: a PEC da Bengala, que aumenta de 70 anos para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória dos ministros de tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF), e a PEC que torna obrigatório o diploma para exercício da função de jornalista.

Os outros dois estão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com votação terminativa, quando dispensam análise pelo plenário, e se aprovados vão direto à sanção presidencial. O PL 6748/2010 obriga que os proprietários de edificações situadas próximas a aeródromos e helipontos instalem, operem e mantenham equipamentos de sinalização e balizamento aéreo, sob pena de multa diária e que o poder público faça a instalação e repasse os custos.

Já o PL 6698/2013 aperfeiçoa a legislação para tratamento da empresa individual de responsabilidade limitada, com o fim da exigência de capital mínimo para abertura de companhia, e cria a figura da sociedade limitada unipessoal, em que um único sócio concentra as quotas de uma sociedade limitada.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o grupo Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap/Ello), para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

Valor Econômico, 24/03/2015, Política, p. A6

<http://www.valor.com.br/politica/3971340/projeto-sobre-biodiversidade-pode-virar-lei>

Em assembleia, povo Ka'apor reafirma a luta pela proteção do território
SÍTIO CIMI, 24.03.2015



Fonte da notícia: Assembleia Ka'apor

No Maranhão, indígenas Ka'apor e Awá Guajá realizaram de 9 a 12 de fevereiro sua segunda Assembleia, para fortalecer a luta pela proteção territorial. O encontro teve a participação de cerca de 150 pessoas, entre pajés, lideranças, professores, Agentes Indígenas de Saúde (AIS), Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Maranhão, e entidades como a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos e o Instituto Sociedade População e Natureza.

Os indígenas divulgaram documento (leia abaixo) onde reforçam a necessidade de valorizar a cultura e saberes Ka'apor como conteúdo das escolas, começando pelo ensino da língua Ka'apor e a luta pelo reconhecimento por parte do Estado do Projeto Pedagógico e Curricular para a Educação Básica Ka'apor.

Os profissionais em saúde indígena foram avaliados no encontro, e apresentaram as dificuldades que têm enfrentado. Garantir atenção diferenciada e estrutura adequada e digna

CONT.



para o atendimento de saúde nas aldeias foi uma das prioridades. O fortalecimento da gestão Ka'apor, foi evidenciado como único e legítimo meio de reconhecimento desses espaços de poder e decisão. Leia o documento na íntegra:

Carta da 2ª Assembleia do Povo Ka'apor

Nós, no período de 09 a 12 de fevereiro de 2015 no Jumu'e ha renda Keruhũ (Centro de Formação Saberes Ka'apor) realizamos nossa segunda grande reunião ou Assembleia com a participação de aproximadamente 150 pessoas ou gestores Ka'apor e Awá Guajá: lideranças, professores, AIS, AISAN, Pajés, curadores, especialistas da cultura Ka'apor. Também estiveram com a gente o Cimi do Maranhão, a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos e a Instituto Sociedade População e Natureza. Nenhum órgão do governo se fez presente, embora a gente convidasse.

Iniciamos a nossa conversa lembrando Mair Tamui, aquele que nasceu primeiro e criou tudo que existe na floresta. Ele é muito importante pra nós e deve ser sempre lembrado porque nos ajuda manter viva a luta em defesa de nossa vida na floresta. Neste dia conversamos sobre o que a cultura dos Kamara (branco) tem prejudicado e ameaçado a nossa e decidimos reafirmar um acordo de convivência que a gente já vem implantando em atividades realizadas com nosso povo atendendo todas as aldeias. Acordo que retira todo tipo de vícios, costumes, alimentação, maneiras de viver que só deixa nosso povo doente, destrói nossa cultura e vida. Avaliamos a relação com os órgãos do governo e os que não são governamental. Qual a relação deles com nosso povo, o que tem prejudicado e ajudado a manter nossa cultura e proteger nosso território.

No terceiro dia de conversa sobre a nossa educação e cultura ka'apor e sua relação com a cultura e educação dos Kamará, decidimos priorizar a cultura e costumes tradicionais, o jeito de saber e fazer Ka'apor. A família Ka'apor como primeira escola. A língua Ka'apor como primeira língua. Fortalecer a prática de nossos ritos e rituais Ka'apor. Respeitar e valorizar o calendário cultural ka'apor que respeita e protege nossa floresta. Na relação de nossa cultura com a cultura Kamará decidimos valorizar, reconhecer e apoiar os professores Ka'apor nas escolas indígenas com o ensino na/da língua no Ensino Fundamental inicial e ensino bilíngue no Ensino Fundamental final. Priorizar os saberes tradicionais e cultura Ka'apor como conteúdo de ensino de nossas escolas. Continuar lutando para garantir estrutura física de qualidade e equipamentos para as escolas das aldeias. Lutar pelo reconhecimento do Centro de Formação Saberes Ka'apor como instituição maior e principal de reafirmação de nossa cultura, nossa educação e relação com a cultura Kamara e educação escolar indígena. Continuar lutando para que o Estado reconheça nosso Projeto Pedagógico e Curricular para a Educação Básica Ka'apor.

No quarto dia retomamos a conversa sobre o fortalecimento e cumprimento de nosso acordo de convivência nas aldeias para um Bem Viver entre nós e com nossa floresta. Conversamos sobre como está a nossa saúde e que o acordo de convivência tem ajudado o nosso povo a

CONT.



viver longe dos vícios e comportamentos que destrói a nossa cultura e vida. Isso tudo é saúde pra gente. Todos os AIS, AISAN e o Polo Base de Saúde Indígena apresentaram suas dificuldades, o que estão fazendo para melhorar a saúde e saneamento nas aldeias e como a comunidade pode continuar ajudando. A comunidade que estava presente avaliou o trabalho desses profissionais. Conversamos sobre o trabalho desenvolvido pelo nosso coordenador técnico local, que é indígena e, que mesmo sem apoio necessário da Funai desenvolveu seu trabalho em parceria com nossa associação indígena, Polo Base de Saúde de Zé Doca e nosso povo. Decidimos que vamos continuar lutando pelo respeito e valorização dos saberes e práticas tradicionais de cuidar da saúde indígena nas aldeias. Garantir uma atenção diferenciada ao nosso povo. Garantir estrutura adequada e digna para o atendimento de saúde nas aldeias (Postos e Poços). Exigimos do Estado formação permanente aos AIS e AISAN respeitando a nossa cultura. Ampliação na contratação de profissionais indígenas e não indígenas para a atenção integral à nossa saúde. Incluir as áreas de proteção criadas para a defesa de nosso território no cadastro do DSEI Maranhão para a atenção necessária.

Por fim, reafirmamos o fortalecimento de nossos espaços de gestão Ka'apor, como únicos e legítimos espaços de poder e decisão: Conselho das Aldeias (ampliação na participação, criação onde não existe e mudanças de conselheiros), o Jumu'e ha renda Keruhũ - Centro de Formação Saberes Ka'apor (referendar o Conselho Politico-pedagógico), os Ka'a usak ha ta - protetores e defensores da Floresta (ampliar e referendar perante nossas comunidades) e o Conselho de Gestão Ka'apor (espaço legítimo e maior de decisão a ser respeitado e reconhecido pelos Kamará).

No quinto dia, em respeito a Mair Tamui e orientados pela força de Tupán repassadas aos nossos guerreiros Ka'apor, cantamos: "Wyrara Japuruwai! Wyrara Japuruwai! Japuruwai emui nde ankã rehe Ka'apor!"

"Ka'a namõ ja jumu'e ha katu!"

"Tupán jande namõ ixo!"

Jorge Viana acata emendas e busca acordo para votar lei da biodiversidade
SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 24.03.2015



"O atual marco legal não beneficia nenhum setor", afirma Jorge Viana, que aparece na foto ao lado do presidente da Comissão de Meio Ambiente, Otto Alencar

O relator do novo marco legal da biodiversidade na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), senador Jorge Viana (PT-AC), acatou 62 das 129 emendas apresentadas ao texto (PLC 2/2015).

Após a leitura do voto, o presidente da CMA, Otto Alencar (PSD-BA), concedeu vista coletiva por 24 horas e convocou sessão para amanhã, às 9h, para a votação do projeto. Até lá, Jorge Viana buscará acordo para a elaboração de relatório comum com os relatores nas Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), Telmário Mota (PDT-RR), e de Assuntos Econômicos (CAE), Douglas Cintra (PTB-PE), a ser submetido ao Plenário.

O novo marco legal vai substituir a MP 2.186/2001, que regulamenta a exploração da biodiversidade e é criticada por ser muito restritiva, gerando entraves à pesquisa com plantas e animais nativos e à transformação desse conhecimento em produtos comercializáveis.

CONT.



— O atual marco legal não beneficia nenhum dos setores ou provedores que deveriam ser beneficiados pela norma. Em treze anos de vigência, praticamente não houve nenhuma repartição de benefício — afirmou o relator.

A nova lei simplifica o acesso e a exploração comercial do patrimônio genético e agiliza mecanismos para repartição de benefícios com provedores de conhecimento tradicional associado, como indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

— Precisamos fazer o uso sustentável e inteligente da nossa biodiversidade, valorizando nossos recursos naturais e biomas. Estamos diante de uma grande oportunidade para aperfeiçoarmos este projeto de lei e, assim, darmos uma relevante contribuição ao país — frisou Jorge Viana.

O esforço do relator foi elogiado pelos senadores Otto Alencar, Luiz Henrique (PMDB-SC), João Capiberibe (PSB-AP), Donizeti Nogueira (PT-TO) e Walter Pinheiro (PT-BA).

Ronaldo Caiado (DEM-GO) reconheceu a possibilidade de entendimento sobre pontos convergentes, mas disse que aspectos divergentes deverão ser votados separadamente.

Ao finalizar a leitura de seu relatório, Jorge Viana fez um apelo pelo entendimento sobre a matéria, que tramita em regime de urgência e se não for votada até 10 de abril passará a trancar a pauta de votações do Plenário.

— Faço esse relatório em memória de Chico Mendes e pelos povos que cuidaram e cuidam da nossa biodiversidade. Tomara que prevaleça o bom senso, pois se o projeto for votado como chegou ao Senado, deixará em insegurança muito grande os povos tradicionais e o acesso à biodiversidade — disse Jorge Viana.

Povos indígenas

Entre as mudanças acatadas pelo senador está a substituição do termo “população indígena”, utilizado no substitutivo, por “povos indígenas”, que engloba o sentido de identidade cultural e identidade étnica, bem como direitos dos indígenas perante as leis brasileiras. Segue ainda terminologia usada em acordos internacionais assinados pelo Brasil, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Repartição de benefícios

O texto do projeto do novo marco legal prevê o pagamento, a título de repartição de benefícios, de até 1% da receita líquida anual obtida com a venda do produto oriundo de acesso a conhecimento tradicional sobre flora e fauna nativas.

CONT.



O relator acatou emenda para obrigar essa repartição de benefício sempre que um produto resultar de uso de conhecimento tradicional associado, mesmo que o componente desse conhecimento não esteja entre os principais elementos de agregação de valor ao produto.

No projeto, a obrigação de repartição de benefício é restrita a casos em que o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado seja um dos principais elementos de agregação de valor.

Isenção

Jorge Viana limitou a isenção da obrigação de repartição de benefícios à exploração econômica de produto acabado realizada antes de 29 de junho de 2000, data da edição da primeira medida provisória sobre o tema. O substitutivo em exame isenta de repartição de benefício exploração econômica a partir da vigência da nova lei, resultado de acesso ao patrimônio genético realizado antes de 29 de junho de 2000.

Agricultor familiar

Ele também acatou emenda para substituir o termo agricultor tradicional por agricultor familiar ao longo de todo o texto, conforme definição contida na Lei 11.326/2006, que estabelece diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar.

Cultivares

Jorge Viana excluiu a vinculação da definição de sementes crioulas à Lei de Proteção de Cultivares (Lei 9.456/1997) e ao Sistema Nacional de Sementes e Mudas (Lei 10.711/2003). A vinculação a essas leis, afirma, limita direitos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares sobre seus recursos fitogenéticos.

— Como as sementes crioulas possuem conhecimentos tradicionais intrínsecos, essa definição afeta diretamente os direitos dos provedores de perceberem repartição de benefícios em decorrência da fabricação de produtos elaborados a partir de recursos genéticos da agrobiodiversidade — disse o relator.

Lista

Emendas acolhidas acabam com a lista de produtos passíveis de repartição de benefícios, prevista no projeto, e preveem a elaboração de lista de produtos isentos da repartição.

A lista positiva prevista no texto é considerada uma limitação à repartição de benefícios, pois

CONT.



até ser editada, nenhum produto seria passível de compensação. E a repartição de benefícios de um novo produto também ficaria pendente até que o mesmo fosse incluído na lista.

Com a mudança acatada pelo relator, a lista determinará os produtos cujos benefícios não devem ser repartidos e todos os outros que não estiverem na lista, serão passíveis de terem seus rendimentos repartidos.

Empresa estrangeira

O relator excluiu do texto a possibilidade de uma empresa estrangeira sem associação com instituição nacional acessar o patrimônio genético brasileiro ou receber amostra desse patrimônio genético.

Modalidade não monetária

O substitutivo em exame prevê a possibilidade de repartição de benefícios na modalidade não monetária, que inclui, entre outras medidas, transferência de tecnologias, isenção de taxas para licenciamento de produtos e investimentos em projetos de proteção da biodiversidade.

Emendas acatadas pelo relator determinam que seja por decreto do Executivo a escolha da forma de repartição de benefícios nessa modalidade não monetária, e não por ato de ministérios, como previsto no substitutivo.

Jorge Viana acatou ainda emendas determinando que, no caso de repartição de benefícios na modalidade não monetária, a destinação será para unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade.

Pelo substitutivo em exame, ficaria a cargo do fabricante do produto acabado oriundo de acesso ao patrimônio genético indicar o beneficiário da repartição.

Espécies introduzidas no país

Também foram acolhidas emendas para determinar que, em caso de exploração comercial de patrimônio genético e conhecimento associado relacionado a espécie introduzida no país, os produtos acabados estarão isentos de repartição de benefício apenas quando forem destinados à alimentação e agricultura.

O projeto aprovado na Câmara previa essa isenção para qualquer uso, e não apenas para alimentação e agricultura.

CONT.



Fiscalização

Foram acolhidas ainda emendas que retiram do Ministério da Agricultura competência de fiscalizar infrações contra o patrimônio genético, mantendo os dois outros órgãos previstos no projeto como responsáveis pela fiscalização: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.

Jorge Viana acatou a mudança por considerar que a manutenção do Ministério da Agricultura criaria "uma sobreposição de competências".

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Processo seletivo indígena da UFRR oferece 194 vagas em 18 cursos

SÍTIO GLOBO.COM, 24.03.2015

Interessados podem se inscrever até o dia 17 de abril por meio do site.

Taxa de inscrição é de R\$ 50; seletivo será realizado em duas fases.

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) está com inscrições abertas para o processo seletivo para ingresso exclusivo de indígenas. Ao todo, são ofertadas 194 vagas para 18 cursos de graduação. A taxa de inscrição é de R\$ 50 e o período para solicitar isenção da taxa segue até sexta-feira (27). Os interessados podem baixar o edital e se inscrever até as 18h do dia 17 de abril, pela internet, no site da Comissão Permanente de Vestibular (CPV).

Segundo a universidade, também serão disponibilizados computadores aos candidatos para efetuar a inscrição, na Comissão Permanente de Vestibular (CPV), localizada no Bloco IV, campus Paricarana.

Entre as vagas, 40 são para o curso de Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena, 40 para Bacharelado em Gestão Territorial Indígena e 60 para o curso de Licenciatura Intercultural. As outras 54 vagas são divididas para os cursos de: Agronomia, Antropologia, Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Comunicação Social, Direito, Engenharia Civil, Matemática, Medicina, Psicologia, Relações Internacionais, Secretariado Executivo e Zootecnia.

O seletivo será realizado em duas fases. Na primeira, que é eliminatória e acontecerá no dia 24 de maio das 8h às 12h, serão aplicadas as provas objetivas e de redação. A segunda fase será classificatória, de análise curricular. O currículo deverá ser entregue em um envelope lacrado contendo o nome completo do candidato e o curso pretendido, no período de 23 de março à 17 de abril de 2015, pessoalmente, na CPV, ou por correio, devendo, neste caso, ser postado até o último dia de entrega dos currículos.

São destinadas vagas para pessoas com deficiência, de acordo com o percentual legal. O ingresso nos cursos será nos semestres de 2015.2 e 2016.1.



Adiada votação do novo marco legal da biodiversidade

SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 24.03.2015

Agência Senado

Pedido de vista coletiva adiou a votação na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 2/2015, que institui novo marco legal da biodiversidade. A decisão veio após longa discussão no colegiado. Senadores criticaram a pressa para votação da proposta, que tramita no Senado em regime de urgência e passa a trancar a pauta do Plenário no dia 10 de abril.

A matéria já foi aprovada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com duas emendas de redação. Além da CCT, a proposta também está em análise nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE). Se forem acatadas emendas de mérito, o texto volta ao exame da Câmara.

Durante a discussão do projeto, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) propôs que os relatores nas comissões sentem para conversar e busquem um texto de consenso. A ideia é que até amanhã seja possível votar o projeto em todos os colegiados.

- Não há a menor hipótese de não alterarmos o projeto sob essa justificativa de que ele tem que andar. Há tempo para que ele volte para a Câmara a fim de que possamos construir um projeto que guarde relação com as preocupações apresentadas aqui - disse Pinheiro.

O PLC 2/2015, que chegou ao Senado no dia 24 de fevereiro, é um substitutivo da Câmara a projeto enviado pelo Executivo. O fim da exigência de autorização prévia para pesquisas com recurso genético e conhecimento tradicional associado está entre os principais aspectos do projeto. O texto também simplifica regras para pesquisa genética voltada para atividades agropecuárias.

Na avaliação do senador Telmário Mota (PDT-RR), relator da proposta na CCT, o texto aprovado pela Câmara não atende aos anseios dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

- Parece que vamos oficializar a biopirataria que foi a causa do rigor da lei que hoje rege esse procedimento. É importante que as comissões se unam para atender às necessidades brasileiras e também não freie o desenvolvimento tecnológico - argumentou.

O senador Lasier Martins (PDT-RS), que presidiu a reunião, concordou com a necessidade de um novo marco legal para o setor, mas criticou a urgência dada ao projeto. Aloysio Nunes (PSDB-SP) também lamentou a pressa do governo.

CONT.



- Essa matéria está correndo a toque de caixa no Senado. Não há tempo efetivo para uma discussão profunda de um projeto tão complexo porque ele veio com urgência constitucional - lamentou Aloysio.

Repartição de benefícios

O projeto do novo marco legal prevê o pagamento de 1% da receita líquida anual obtida com a venda do produto acabado, com possibilidade de redução para até 0,1%, por acordos setoriais com o governo.

O relator na CCT acatou seis emendas para obrigar a repartição de benefício sempre que um produto resultar de uso de patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado, mesmo que o componente do patrimônio genético ou do conhecimento associado não esteja entre os principais elementos de agregação de valor do produto.

No projeto, a obrigação de repartição de benefício é restrita em caso de venda do produto acabado que tenha componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado como um dos principais elementos de agregação de valor.

Lista de classificação

Três outras emendas acolhidas pelo relator acabam com a lista de classificação de produtos passíveis de repartição de benefícios, prevista no projeto, e preveem a elaboração de uma lista de produtos cujos benefícios não devem ser repartidos.

A lista positiva prevista no texto é considerada uma limitação à repartição de benefícios, pois até ser editada, nenhum produto seria passível de compensação. E a repartição de benefícios de um novo produto também ficaria pendente até que o mesmo fosse incluído na lista de classificação. Com as mudanças acatadas pelo relator, a lista determinará os produtos cujos benefícios não devem ser repartidos e todos os outros que não estiverem na lista serão passíveis de repartidos os benefícios.

Povos indígenas

O senador acatou ainda 19 emendas que visam à substituição do termo "população indígena", utilizado no substitutivo, por "povos indígenas", que engloba não apenas o sentido de identidade cultural e identidade étnica, mas também assegura a autonomia e os direitos dos indígenas perante as leis brasileiras.

Conforme argumenta o relator, povos indígenas também é a terminologia usada em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



Livro de professor da UNB relata histórias de comunidades negras de MS

SÍTIO CAPITAL NEWS, 24.03.2015

O subsecretário de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial e Cidadania, Carlos Versoza Fruto, foi presenteado com o livro "Fiéis Descendentes: Redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses", escrito pelo professor doutor Carlos Alexandre dos Santos, em sua tese de doutorado, durante agenda realizada na tarde desta segunda-feira (23), na Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast).

Ganhador do prêmio CAPES de Teses, edição 2011, o livro utiliza da memória dos idosos para reconstruir uma história que começa nas fazendas escravagistas do Triângulo Mineiro e do Sul do Estado de Goiás quando um grupo de ex-escravos iniciou uma migração, em meados do século XIX, rumo às terras sulinas da então Província de Mato Grosso.

O secretário Carlos Versoza, disse que o livro é uma oportunidade de colocar para a sociedade a participação dos negros na história do Brasil em suas diversas regiões, dando a eles o empoderamento devido. "O negro tem nome e tem história e isso por muitas vezes foi ignorado. Obras como essa resgatam um valor cultural inestimável", afirmou.

Já o antropólogo, Carlos Alexandre acredita que com um racismo latente na sociedade brasileira, a obra pode ser utilizada como instrumento aproximador da história do negro com a história considerado oficial. "Temos muitos relatos históricos em que a figura do negro é simplesmente descartada. Estudar e trazer essa história para todos é uma tarefa que deve ser cumprida" disse.

Sobre a criação de uma Subsecretaria específica para a promoção da igualdade racial e cidadania em MS, o professor considera um avanço significativo. "É um canal fantástico. Isso facilita a interação de uma comunidade e toda a sociedade", concluiu. O advogado da Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do MS (CONERQ), José Roberto Camargo, também acompanhou a agenda.

Fonte: Kemila Pellin - Capital News



AGU derruba 120 liminares que permitiam a permanência de não-índios em terra indígena

SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 24.03.2015

AGU

A Advocacia-Geral da União (AGU) suspendeu, no Supremo Tribunal Federal (STF), 120 liminares que autorizavam a permanência de não-índios na Terra Indígena Apyterewa, da etnia Parakanã, localizada no município de São Félix do Xingu (PA). A retirada dos fazendeiros era uma das condicionantes para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, a maior obra de infraestrutura do país.

Demarcada desde 2004, a terra indígena Apyterewa possui cerca de 770 mil hectares (cada hectare tem 10 mil m², aproximadamente um campo de futebol) e abriga mais de 400 nativos. Porém, as liminares vinham permitindo que 143 pessoas estranhas à comunidade indígena e seus familiares permanecessem na região.

Representando a Fundação Nacional do Índio (Funai), as unidades da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da AGU, ressaltaram o risco de iminente conflito agrário na região por causa da presença de produtores rurais. "Há notícia, ainda, de disputas internas entre os próprios posseiros, os quais estariam apoderando-se de ocupações daqueles que, indenizados, deixaram a terra indígena, e praticando o arrendamento de áreas desocupadas, consoante relatório produzido pelo Coordenador da Operação TI Apyterewa", informaram.

Os advogados públicos também destacaram que as liminares ofendem o artigo 231 da Constituição Federal e representam ameaça ao patrimônio indígena. "As ações interpostas pelos não-índios objetivam dar continuidade à forte atividade de criação de gado em terra indígena devidamente homologada, em flagrante violação ao ordenamento jurídico. A ocupação de terra indígena por não-índio é irregular e configura mera detenção, a título precário, não gerando efeito possessório", afirmaram.

O presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, acolheu o pedido de suspensão feito pela AGU. Com a decisão, foi garantida à etnia Parakanã a posse exclusiva da terra indígena. "As decisões impugnadas pela Funai contrariam frontalmente o interesse público e são incompatíveis com a normatividade constitucional sobre os direitos dos indígenas. Permitir que os não-índios persistam ocupando irregularmente a terra indígena Apyterewa inflama as disputas de terras na região, configurando grave ameaça à integridade física de inúmeras pessoas (inclusive agentes públicos) e ao próprio patrimônio público, sobretudo por conta das noticiadas ações de depredação e desmatamento das terras de propriedade da União", entendeu.

Atuaram no caso o Departamento de Contencioso da PGF, a Procuradoria Federal Especializada junto à Funai e a Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região, unidades da PGF, órgão da AGU.

Ref.: Suspensão de Tutela Antecipada nº 780 - STF.